

SIDNEY BITTENCOURT

Mestre em Direito pela UGF, pós-graduado em Gestão de Negócios no contexto da União Europeia (UE), no Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE) – Portugal, consultor, parecerista e conferencista consagrado, professor de Direito Administrativo e Econômico, autor de inúmeras obras jurídicas, além de articulista, com artigos, ensaios, pareceres e estudos publicados nos principais veículos de divulgação jurídica. Ex-Assessor-Chefe da Assessoria Jurídica de Licitações, Contratos e Atos Administrativos da Diretoria de Administração da Marinha – órgão normatizado da matéria na Marinha do Brasil, função que exerceu por 26 anos. Faz parte do Conselho Editorial da Revista Síntese Direito Administrativo e da Revista Síntese Licitações, Contratos e Convênios. É colaborador efetivo dos seguintes periódicos jurídicos: Fórum de Contratação e Gestão Pública – FCGP; Boletim Direito Administrativo, Contabilidade e Administração Pública – DCAP; Informativo de Licitações e Contratos – ILC; Revista de Compras Públicas – Capacitar; Revista Diálogo Jurídico; Revista Governet – Revista do Administrador Público; Revista O Pregoeiro; Revista Negócios Jurídicos; Boletim de Licitações e Contratos – BLC; Revista IOB de Direito Administrativo; Boletim Jurídico Adcoas; Revista Lex de Direito; e colaborador emérito do Boletim Mensal de Divulgação de Doutrina e de Jurisprudência sobre Direito Público, do Instituto Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal (INAP); entre outros. No magistério, destaca-se na importante tarefa de apresentação de seminários e cursos de aperfeiçoamento e especialização em diversas instituições de ensino, tais como Fundação Getúlio Vargas (FGV-RJ); Universidade Candido Mendes – UCAM (CCCM); Instituto Superior de Aperfeiçoamento Profissional (IESAP); Faculdade Bêthencourt da Silva (FABES); Universidade Gama Filho (UGF); Centro de Orientação, Atualização e Desenvolvimento Profissional (COAD); Lex Cursos Jurídicos; Centro de Aperfeiçoamento Profissional (CEAP); Materko Seminários; FUMTEX Treinamentos; Centro de Instrução Almirante Newton Braga de Faria (CIANB), entre outras, além de inúmeros cursos in company. Autor de mais de uma centena de artigos e com o maior número de livros editados sobre licitações e contratos do mercado jurídico brasileiro, o que motivou o Professor Ivan Barbosa Rigolin a asseverar que “é o mais prolífico e profícuo autor de obras sobre assuntos que envolvem licitações e contratos”. É considerado um dos maiores especialistas em licitações e contratos do País.

NOVO Pregão Eletrônico

**Comentários ao Novo Decreto nº 10.024,
de 20 de Setembro de 2019**

PREFÁCIO
RICARDO OLIVEIRA BARROS



JHMIZUNO
EDITORA DISTRIBUIDORA

SUMÁRIO

DECRETO Nº 10.024, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019

EMENTA

A regulamentação do pregão na forma eletrônica 33

Artigo 1º, *caput*

1. Os objetivos do decreto..... 37

Parágrafo 1º

1.1 Subordinação ao disposto no decreto..... 39

Parágrafo 2º

1.2 A não subordinação das empresas públicas e sociedades de economia mista 41

Parágrafo 3º

1.3 Adoção do pregão eletrônico na aquisição de bens e contratação de serviços comuns realizadas pelos entes federativos com recursos federais..... 43

1.3.1 Adoção do pregão, preferencialmente na forma eletrônica, por entes privados nas contratações com recursos decorrentes de acordos celebrados com a Administração 45

Parágrafo 4º

1.4 Adoção excepcional do pregão presencial..... 46

Artigo 2º, *caput*, e Parágrafo 1º

1. Os princípios licitatórios 48

1.1 Princípios licitatórios básicos do pregão eletrônico..... 49

Parágrafo segundo

1.2 A ampliação da disputa entre os interessados 57

Artigo 3º, <i>caput</i>	
1. Definições.....	60
Parágrafo 1º	
1.1 Classificação de bens ou serviços comuns.....	72
Parágrafo 2º	
1.2 Uso do pregão nas contratações de bens e serviços de natureza intelectual, científica e técnica.....	72
Artigo 4º	
1. Vedações ao uso do pregão eletrônico.....	74
Artigo 5º, <i>caput</i>	
1. As razões determinantes para a realização do pregão eletrônico.....	86
Parágrafo 1º	
1.1 A adoção de recursos de criptografia e de autenticação.....	86
Parágrafo 2º	
1.2 A permissão de adoção de sistemas próprios.....	87
Artigo 6º	
1. Etapas do pregão eletrônico.....	89
1.1 O estágio interno (ou preparatório) do pregão.....	90
1.2 O estágio externo do pregão.....	91
Artigo 7º, <i>caput</i>	
1. Critérios de julgamento das propostas.....	92
Parágrafo único	
1.1 A fixação de critérios objetivos que permitam a aferição.....	94
1.2 A adoção no pregão do procedimento ditado pelo § 3º do art. 48 da Lei Geral de Licitações.....	95
1.3 A questão da solicitação de amostras no pregão.....	96
Artigo 8º, <i>caput</i>	
1. Documentos do processo licitatório.....	102
Algumas considerações	
1.1.1 Estudo técnico preliminar.....	104

1.1.2 A aprovação jurídica da minuta do edital.....	104
1.1.3 Ato de homologação.....	106
Parágrafo 1º	
1.2 Processo licitatório realizado por meio de sistema eletrônico.....	106
Parágrafo 2º	
1.3 Disponibilização da ata do pregão na internet	107
Artigo 9º, caput	
1. O credenciamento prévio perante o provedor do sistema eletrônico.....	108
Parágrafo 1º	
1.1 A atribuição de chave de identificação e de senha	112
Parágrafo 2º	
1.2 A solicitação de credenciamento realizada pela autoridade competente.....	112
Artigo 10	
2. O credenciamento nos pregões promovidos por órgão integrante do Sisg	114
Artigo 11	
3. A utilização do credenciamento em qualquer pregão na forma eletrônica.....	116
Artigo 12	
1. A condução do pregão eletrônico	118
Artigo 13, caput	
2. As atribuições da autoridade competente	120
Inciso I	
2.1 Designar o pregoeiro e os componentes da equipe de apoio.....	121
Inciso II	
2.2 A escolha do provedor do sistema	123
Inciso III	
2.3 A abertura do processo licitatório	124
Inciso IV	
2.4 A solução de recursos administrativos	124
Inciso V	
2.5 A adjudicação do objeto da licitação quando houver recurso administrativo	124

Inciso VI	
2.6 A homologação do resultado da licitação	125
Inciso VII	
2.7 A celebração do contrato ou a assinatura da ata de registro de preços	125
Artigo 14, caput	
1. A fase de planejamento (ou preparatória) do pregão eletrônico (fase interna)	127
1.1 A requisição do interessado	127
Inciso I	
1.2 O estudo técnico preliminar e o termo de referência	128
Inciso II	
1.3 A aprovação do estudo técnico preliminar e do termo de referência	131
Incisos III e IV	
1.4 A elaboração do edital licitatório	131
1.4.1 A aprovação jurídica do edital licitatório	132
Inciso V	
1.5 Atos de indicação do pregoeiro e dos membros da equipe de apoio.....	137
Artigo 15, caput	
1. O preço-base da licitação.....	138
Parágrafos 1º a 3º	
1.1 O possível caráter sigiloso do valor estimado ou o valor máximo aceitável para a contratação	140
Artigo 16, caput	
1. Requisitos para as designações do pregoeiro e da equipe de apoio.....	144
Inciso I	
1.1 Os requisitos referentes ao pregoeiro	145
Inciso II	
1.2 Os requisitos referentes aos integrantes da equipe de apoio	145
Parágrafo 1º	
1.3 As funções de pregoeiro e de membros da equipe de apoio no âmbito do Ministério da Defesa.....	146
Parágrafo 2º	
1.4 A investidura do pregoeiro e dos membros da equipe de apoio	148

Parágrafo 3º

1.5 A exigência de qualificação do pregoeiro e equipe de apoio	149
--	-----

Artigo 17, caput

1. Atos de responsabilidade do pregoeiro	151
--	-----

Inciso I

1.1 Condução da sessão pública	152
--------------------------------------	-----

Inciso II

1.2 Recebimento das impugnações e consultas ao edital, exame e decisão	153
--	-----

Inciso III

1.3 Verificação da conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no edital.....	153
--	-----

Inciso IV

1.4 Coordenação da sessão pública e o envio de lances	153
---	-----

Inciso V

1.5 Verificação e julgamento das condições de habilitação	154
---	-----

Inciso VI

1.6 Saneamento de erros ou falhas das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica	154
--	-----

Inciso VII

1.7 Recebimento, exame e decisão quanto aos recursos	154
--	-----

Inciso VIII

1.8 Indicação do vencedor do certame	155
--	-----

Inciso IX

1.9 Adjudicação do objeto, quando inexistir recurso administrativo.....	155
---	-----

Inciso X

1.10 Condução dos trabalhos da equipe de apoio.....	156
---	-----

Inciso XI

1.11 Encaminhamento do processo à autoridade superior e proposição da homologação	156
---	-----

Parágrafo único

1.12 Solicitação de manifestação técnica	157
--	-----

Artigo 18

1. Atribuições da equipe de apoio	158
---	-----

Artigo 19, caput	
1. Atos cabíveis aos licitantes interessados em participar de pregões	160
Inciso I	
1.1 Credenciamento no SICAF	161
Inciso II	
1.2 Remessa dos documentos de habilitação e proposta.....	161
Inciso III	
1.3 Responsabilização formal pelas transações efetuadas	162
Inciso IV	
1.4 Responsabilização quanto às operações no sistema	163
Incisos V e VI	
1.5 Comunicação imediata ao provedor de fato que possa comprometer o uso da senha	164
Inciso VII	
1.6 Solicitação de cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso	165
Parágrafo único	
1.7 Suspensão de chave e senha no caso de descredenciamento no Sicaf.....	165
Artigo 20, caput	
1. Fase externa do pregão eletrônico.....	166
Parágrafo Único	
1.1 Publicação do aviso de edital por entes federativos	167
Artigo 21, caput	
1. Disponibilização do edital no portal de compras governamental	168
Parágrafo único	
1.1 Disponibilização dos editais de entes federativos.....	168
Artigo 22	
1. Modificações no edital.....	169
Artigo 23, caput	
1. Pedidos de esclarecimentos	170
Parágrafo 1º	
1.1 Prazo para resposta aos pedidos de esclarecimentos.....	171

Parágrafo 2º	
1.2 Divulgação das respostas aos pedidos de esclarecimentos.....	172
Artigo 24, caput	
1. Impugnação do instrumento convocatório	173
Parágrafos 1º a 3º	
1.1 Decisão quanto à impugnação.....	174
1.1.1 O efeito suspensivo.....	174
1.1.2 Resposta às impugnações.....	175
Artigo 25	
1. Prazo fixado para a apresentação das propostas e dos documentos de habilitação .	179
Artigo 26, caput, e Parágrafo 1º	
2. Encaminhamento de propostas e documentos de habilitação.....	179
Parágrafo 2º	
2.1 Não apresentação de documentos que constem de cadastros de fornecedores.....	181
Parágrafo 3º	
2.2 Envio das propostas e documentos habilitatórios por meio de chave de acesso e senha	181
Parágrafo 4º	
2.3 A manifestação de cumprimento dos requisitos habilitatórios e de proposta atendendo ao solicitado no edital.....	182
Parágrafo 5º	
2.4 Efeitos da manifestação falsa	183
Parágrafo 6º	
2.5 Retirada ou substituição da proposta e documentos de habilitação	185
Parágrafos 7º a 9º	
2.6 Procedimentos referentes à ordem de classificação das propostas.....	186
Artigo 27, caput e Parágrafo 1º	
1. Abertura da sessão pública do pregão eletrônico na internet com uso de chave e senha	187
Parágrafo 2º	
1.1 Troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes no sistema	188

Artigo 28	
2. Classificação das propostas.....	188
Artigo 29	
3. Ordenamento automático das propostas classificadas pelo pregoeiro.....	188
Artigo 30, caput	
1. Início da etapa competitiva do pregão eletrônico.....	191
Parágrafo 1º	
1.1 Imediata informação ao licitante do recebimento de sua proposta	191
Parágrafo 2º	
1.2 Oferecimento de lances sucessivos.....	192
Parágrafos 3º a 5º	
1.3 Procedimentos da fase competitiva	192
Artigo 31, caput, e Parágrafo único	
1. Modos de disputa	197
Artigo 32, caput, e Parágrafos 1º a 3º	
2. O modo de disputa aberto.....	198
Artigo 33, caput, e Parágrafos 1º a 6º	
3. O modo de disputa aberto e fechado.....	199
3.1 Ausência de lance final e fechado.....	200
3.2 Ausência de licitante classificado na etapa de lance fechado em função de inabilitação	200
Artigos 34 e 35	
1. Desconexões do pregoeiro	202
Artigos 36 e 37	
1. Critérios de desempate	204
Artigo 38, caput, e Parágrafos 1º e 2º	
1. Contraproposta encaminhada ao licitante que tenha apresentado melhor preço.	208

Artigo 39

1. Exame de adequação e compatibilização da proposta classificada em primeiro lugar 211

Artigo 40, caput

1. Habilitação dos licitantes 215

Inciso I

- 1.1 Documentação relativa à habilitação jurídica 216

Inciso II

- 1.2 Documentação relativa à qualificação técnica 217

Inciso III

- 1.3 Documentação relativa à qualificação econômico-financeira 224

Inciso IV

- 1.4 Documentação referente à regularidade fiscal e trabalhista 229

- 1.4.1 A questão da regularidade ou quitação 229

- 1.4.2 A constitucionalidade da exigência 231

Inciso V

- 1.5 Documentação relativa à regularidade fiscal com as Fazendas Estaduais e Municipais 232

Inciso VI

- 1.6 Documentação relativa ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição e no inciso XVIII do art. 78 da Lei nº 8.666/1993 234

Parágrafo único

- 1.7 Substituição da documentação por registro cadastral 237

Artigo 41

1. Participação de empresa estrangeira no pregão eletrônico 239

Artigo 42, caput

1. Participação de consórcio de empresas no pregão eletrônico 246

Inciso I

- 1.1 Comprovação da existência de compromisso de constituição de consórcio, com indicação da empresa líder 249

Incisos II e III

- 1.2 Admissão do somatório dos quantitativos quanto à capacidade técnica 250

Inciso IV	
1.3 Demonstração de atendimento aos índices contábeis por empresa consorciada	251
Inciso V	
1.4 Responsabilidade solidária das empresas consorciadas.....	252
Inciso VI	
1.5 Liderança da empresa brasileira no consórcio formado por empresas brasileiras e estrangeiras	257
Inciso VII	
1.6 Constituição e registro do consórcio antes da celebração do contrato.....	258
Parágrafo único	
1.7 Impedimento de participar de mais de um consórcio.....	258
Artigo 43, caput	
1. Verificação da habilitação por meio do Sicaf nas licitações de órgãos do Sisg ...	261
Parágrafos 1º e 2º	
1.1 Envio de documentação exigida para habilitação não contemplada no Sicaf ...	262
Parágrafo 3º	
1.2 Verificação nos sites oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões	263
Parágrafo 4º	
1.3 Exame de proposta subsequente.....	263
Parágrafo 5º	
1.4 Encaminhamento de planilha de composição de preços por meio eletrônico ...	266
Parágrafo 6º	
1.5 Convocação de licitantes na ordem de classificação, quando for pregão eletrônico adotando o SRP.....	266
Parágrafo 7º	
1.6 Comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte	267
Parágrafo 8º	
1.7 Declaração do licitante vencedor do pregão eletrônico	268
Artigo 44, caput, e Parágrafos 1º e 2º	
1. Manifestação de intenção de interpor recurso administrativo	269
Parágrafo 3º	
1.1 A decadência do direito de interpor recurso	273

Parágrafo 4º	
1.2 Acolhimento de recurso.....	278
Artigos 45 e 46	
1. Adjudicação e homologação do procedimento licitatório	281
Artigo 47, caput	
1. Saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas ...	285
Parágrafo único	
1.1 A realização de diligências no pregão.....	287
Artigo 48, caput	
1. Convocação do adjudicatário para a assinatura do contrato ou da ata de registro de preços	289
Parágrafo 1º	
1.1 Exigência de comprovação das condições de habilitação consignadas no edital	289
Parágrafo 2º	
1.2 Falta de comprovação das condições de habilitação e adjudicatário faltoso.....	289
Parágrafo 3º	
1.3 Prazo de validade das propostas.....	290
Artigo 49, caput	
1. Sancionamento no âmbito do pregão eletrônico.....	292
1.1 Os ilícitos administrativos passíveis de sancionamento	299
Inciso I	
1.2 Não assinar o contrato ou a ata de registro de preços	299
1.2.1 Recusa de assinar contrato.....	300
1.2.2 Recusa de assinar a ata de registro de preços.....	301
Inciso II	
1.3 Não entregar a documentação exigida no edital.....	302
Inciso III	
1.4 Apresentar documentação falsa.....	302
Inciso IV	
1.5 Causar o atraso na execução do objeto.....	303

Inciso V	
1.6 Não manter a proposta.....	304
Inciso VI	
1.7 Falhar na execução do contrato.....	305
Inciso VII	
1.8 Fraudar a execução do contrato	306
Inciso VIII	
1.9 Comportar-se de modo inidôneo.....	307
Inciso XI	
1.10 Declarar informações falsas.....	308
Inciso X	
1.11 Cometer fraude fiscal	310
Parágrafo 1º	
1.12 Aplicação das sanções a integrantes do cadastro de reserva faltantes.....	311
Parágrafo 2º	
1.13 Registro das penalidades no Sicaf.....	311
2. Impeditivas indiretas: uma nova funcionalidade no Sicaf.....	312
Artigo 50, caput	
1. Revogação e anulação da licitação.....	314
Parágrafo único	
1.1 Efeitos da anulação da licitação.....	316
Artigo 51, caput, Incisos I a III e Parágrafos 1º a 3º	
1. A adoção da nova sistemática <i>dispensa eletrônica</i> nas contratações de unidades integrantes do Sisg	317
Artigo 52	
1. Prazos para implementação das regras quando se tratar de licitações com recursos da União.....	319
Artigo 53	
2. A adoção do horário de Brasília	320
Artigo 54	
3. Direito público subjetivo à fiel observância do procedimento estabelecido no novo decreto	320

Artigo 55	
4. Permissão de uso do SICAF pelos entes federativos	322
Artigo 56	
5. Cessão de uso do sistema eletrônico	322
Artigo 57	
6. Disponibilização de propostas na internet.....	323
Artigo 58	
7. Arquivos e registros digitais do pregão eletrônico.....	324
Artigo 59	
8. Emissão de instruções complementares.....	324
Artigo 60	
1. Revogação	326
Artigo 61	
2. Vigência.....	326
REFERÊNCIAS	329
ÍNDICE ALFABÉTICO REMISSIVO	345